



Serys: as fibras contidas nesse mineral são altamente cancerígenas

Serys defende a proibição do amianto em todo o Brasil

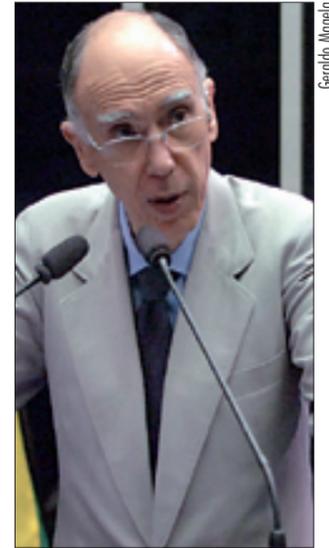
Serys Ilhessarenko defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que proíbe a utilização do amianto no território nacional. A proposta estabelece prazos para o fim da extração, importação, transporte, armazenamento e industrialização de todos os minérios e rochas que contenham silicatos hidratados. Segundo a senadora, a maioria dos males causados pelo amianto não tem cura. **8**

Uribe debate no Congresso os efeitos da crise

Álvaro Uribe deverá ser recebido às 15h por José Sarney, presidente do Congresso. Ele está no Brasil para discutir os impactos da crise financeira internacional e agradecer o apoio de militares brasileiros, que em janeiro participaram de uma missão de resgate de reféns mantidos pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. **2**



Álvaro Uribe iniciou ontem visita de dois dias ao Brasil. Ele terá encontros com Sarney, Lula e líderes empresariais



Maciel preside a comissão de reforma, que se reúne às 10h

Debate sobre mudanças no regimento será retomado hoje

A Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno retoma hoje, às 10h, as discussões sobre as propostas de mudanças das normas de funcionamento do Senado. Segundo Marco Maciel, presidente da comissão temporária, estão sendo examinadas formas de aumentar o número de casos em que um projeto pode ser aprovado terminativamente nas comissões, ou seja, sem passar pelo Plenário. **3**

Simon e Mesquita Júnior reagem a críticas de Jarbas

“O PMDB não é mais corrupto que o PT ou o PSDB”, afirmou ontem o senador Pedro Simon, respondendo às críticas de Jarbas Vasconcelos ao partido a que ambos pertencem. Mesquita Júnior cobrou explicações do senador pernambucano a respeito do conteúdo de suas declarações. Em nota, o PMDB considerou genéricas as acusações de Jarbas, que reafirmou o conteúdo de sua entrevista à revista *Veja*. **4**



Foto de Gerardo Magela

Plenário pode votar propostas que reduzem maioria penal

Substitutivo de Demostenes Torres torna penalmente imputáveis menores de 18 anos e maiores de 16 que na época do crime tinham plena capacidade de entender o caráter ilícito do ato. Proposta de Papaléo Paes pune, no caso de crime hediondo, o menor com idade psicológica igual ou superior a 18 anos, atestada por especialista. **3**

Papaléo lembra inconformismo da sociedade



Demostenes relatou na CCJ cinco propostas que tratam do assunto

Foto de Leopoldo Silva

Álvaro Uribe será recebido pelo presidente do Senado às 15h. Ele está no Brasil para discutir a crise internacional e a ajuda de militares brasileiros no resgate de reféns das Farc

José Sarney recebe hoje o presidente da Colômbia

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebe hoje, às 15h, o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, que está no país para trocar impressões com o governo brasileiro sobre a crise financeira mundial e agradecer o apoio logístico de militares na libertação de reféns mantidos pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). No mês passado, o Brasil participou da operação humanitária que resgatou mais seis reféns das Farc.

De acordo com o Ministério da Defesa, dois helicópteros do Exército e 16 militares foram cedidos pelo governo brasileiro à operação coordenada pela Cruz Vermelha. Nessa ação, conforme a imprensa colombiana, foram libertados os membros da Polícia Nacional colombiana Walter Lozano, Juan Galicia e Alexis Torres; o soldado William Giovanni Domínguez Castro; o ex-governador do departamento (estado) de Meta Alan Jara e o ex-deputado



Álvaro Uribe agradeceu o apoio na libertação de políticos colombianos

colombiano Sigifredo López.

Há um mês, Uribe telefonou para o presidente Lula para agradecer a maneira discreta com que o Brasil atuou. Além do telefonema de Uribe, um comunicado das Farc agradecendo essa participação foi divulgado pela senadora colombiana Piedad Córdoba, conforme relatou a imprensa daquele país.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o Brasil pode participar de no-

vas operações humanitárias. "Quando formos solicitados, nós agiremos e acho que assim é que deu certo. Nós estamos muito contentes que isso tenha ocorrido assim."

No entender do ministro da Defesa, Nelson Jobim, as Forças Armadas brasileiras podem exercer significativo papel na política externa, mostrando, como no caso do Haiti, que o Brasil ajuda outros países sem buscar nenhum ganho específico. Jobim disse que o Brasil tem *expertise* e aparelhos capazes de atuar nos Andes.

Há dois meses, num encontro com o presidente Lula em São Paulo, a franco-colombiana Ingrid Betancourt, refém das Farc por seis anos, também agradeceu a participação brasileira nas negociações que resultaram em sua libertação. Na ocasião, Lula definiu esse evento como "uma conquista para a Humanidade".



Parlamentares vão analisar medida provisória que elevou salário a R\$ 465

Parlamentares devem votar logo MP que reajustou mínimo

O Congresso deverá apreciar em breve a Medida Provisória (MP) 456/09, que elevou o valor do salário mínimo de R\$ 415 para R\$ 465 a partir de 1º de fevereiro, representando um reajuste de 12,05%, ou R\$ 50 a mais na renda do trabalhador que ganha esse valor.

O novo valor decorre de reajuste pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de março de 2008 a janeiro de 2009, de 6,40%, e de percentual a título de aumento real, correspondente ao crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2007, de 5,65%.

Segundo os ministros, o reajuste beneficia cerca de 25 milhões de trabalhadores formais e informais que recebem mensalmente o salário mínimo, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2007. Somam-se ainda a esse contingente cerca de 17,8 milhões de pessoas que recebem o equivalente a um salário mínimo como benefício da Previdência Social. Assim, mais de 42 milhões de pessoas tiveram sua renda majorada com a elevação do mínimo.

A medida deve movimentar cerca de R\$ 27,8 bilhões na economia brasileira durante os próximos 12 meses, além de incrementar a arrecadação tributária em R\$ 6,8 bilhões, conforme cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em 2008, a elevação nominal do salário mínimo foi de 9,21%.

Os critérios de reajuste acer-

tados pelo governo com as centrais sindicais seguem as regras estabelecidas pelo projeto de lei da Câmara (PLC 42/07) que fixa as diretrizes para a política de valorização do salário mínimo de 2008 a 2023, já aprovado pelo Senado em abril de 2008. De autoria do Executivo, o PLC retornou à Câmara porque os senadores aprovaram a matéria com uma emenda que estende o índice de reajuste do mínimo às aposentadorias e pensões pagas pela Previdência. Como os deputados ainda não voltaram a apreciar a proposta, o Executivo editou a MP levando em consideração o que foi aprovado no Senado.

Antecipação

Por esse projeto, os reajustes do salário mínimo são antecipados em um mês por ano entre 2008 e 2011, até que a majoração ocorra em 1º de janeiro. Os aumentos, portanto, seguem as seguintes datas: 1º de março de 2008; 1º de fevereiro de 2009; 1º de janeiro de 2010 e 1º de janeiro de 2011.

Os parâmetros para o aumento do mínimo correspondem à variação acumulada do INPC – índice que é calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A variação é apurada entre o mês do último reajuste e o mês imediatamente anterior ao reajuste de cada ano. Com o objetivo de preservar o poder aquisitivo do piso, o governo decidiu também acrescentar percentual igual ao do crescimento real do PIB de dois anos antes da data de majoração.

Crivella: crise econômica exacerba xenofobia

O crescimento do desemprego nas nações mais industrializadas, causado pela crise financeira internacional, tem resultado na rejeição a estrangeiros que vivem e trabalham nesses países, afirmou ontem Marcelo Crivella (PRB-RJ). Em entrevista à Rádio Senado, o senador classificou como "um pesadelo" a situação dos brasileiros empregados em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Inglaterra, França, Espanha e Japão.

– É um protecionismo [do mercado de trabalho], que afeta principalmente os brasileiros que já estão lá há certo tempo – frisou o senador, ao manifestar preocupação com o aumento de manifestações de xenofobia, especialmente na Europa.

Crivella lembrou que, historicamente, os momentos de retração econômica e de aumento do desemprego levam à ampliação das agressões contra estrangeiros. De acordo com ele, muitos brasileiros que hoje vivem no exterior têm optado por voltar ao Brasil, devido prin-



Para Marcelo Crivella, desemprego leva a maior perseguição de estrangeiros

cipalmente ao "panorama favorável" da economia brasileira. Com a relativa estabilidade do mercado no país, disse, a volta já é vista como alternativa para muitos emigrantes.

Proteção

Na entrevista, o senador também lembrou a atuação do Congresso Nacional na defesa dos brasileiros que vivem em outros países, destacando o trabalho da Comissão de Inquérito da Emigração Ilegal. O colegiado, presidido por Crivella, atuou entre 2005 e 2006 e apurou os crimes praticados com a entrada

ilegal de brasileiros nos Estados Unidos e em outros países.

– A nossa CPI conseguiu criar um mapa da emigração ilegal. Naquele momento, foi praticamente reduzido a zero o número imenso de brasileiros que então emigravam ilegalmente. Também conseguimos negociar com os Estados Unidos o retorno de 10 mil brasileiros que estavam presos por emigração ilegal – recordou ele.

O senador ressaltou ainda a criação, no Senado, da Subcomissão de Proteção aos Cidadãos Brasileiros no Exterior, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

De acordo com Crivella, o Brasil é um exemplo de acolhimento a estrangeiros que buscam melhores condições de vida e trabalho.

– O país prima por respeitar acordos internacionais e também confere grande prestígio aos estrangeiros. O brasileiro vê os "gringos" sempre com muita simpatia. O Brasil é um grande exemplo de como se deve tratar o estrangeiro – afirmou.

Aplauso a federação paranaense de trabalhadores na indústria

Atendendo a requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o Senado enviará voto de aplauso à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná (Fetiep) pelo seu 60º aniversário de fundação.

– A entidade presta relevantes serviços à causa dos trabalhadores, representando-os com muita competência e eficiência. Como não poderei participar da solenidade de comemoração, daqui do Plenário presto as minhas homenagens – disse.



Alvaro Dias propõe voto de aplauso pelo 60º aniversário de entidade

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Construção civil

A sessão deliberativa de hoje está com a pauta trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 31/08) que permite à União dispensar o recolhimento feito pela Caixa Econômica de parte dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, para emprestar a empresas da construção civil. Antes da ordem do dia, haverá o período do expediente, destinado à votação do Requerimento 42, de 2009, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção e auditoria da operação de compra, pelo banco HSBC, de carteira de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) administrada pelo antigo Banco Bamerindus.

Está pronto para análise no Plenário projeto de Demostenes Torres consolidando cinco propostas de emenda constitucional que tratam do tema

Redução da maioria penal na pauta de votação

A REDUÇÃO DA maioria penal deve voltar ao centro dos debates do Senado no ano de 2009. Isso porque está pronto para votação em Plenário o substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) à Proposta de Emenda à Constituição 20/99, que englobou os textos de outras cinco PECs que tramitavam na Casa e tratavam do mesmo assunto (18/99, 90/03, 26/02, 3/01 e 9/04). O substitutivo foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em abril de 2007.

De acordo com o substitutivo, menores de 18 e maiores de 16 anos só poderão ser penalmente imputáveis se, na época em que cometeram a ação criminosa, apresentavam “plena capacidade” de entender o caráter ilícito do ato. Para isso, o juiz pedirá laudo de especialistas. Se condenados, os jovens cumprirão pena em local distinto dos presos maiores.

A discussão sobre a redução da maioria penal ganhou força no Senado em 2007, quando o menino João Hélio Fernandes, de seis anos, morreu no Rio de Janeiro após ser arrastado por sete quilômetros durante assalto que teve a participação de um adolescente de 16 anos.

Diante da série de crimes cometi-



Projeto de Demostenes Torres determina que juiz deve pedir laudo para avaliar capacidade de infrator

dos por menores de 18 anos, alguns parlamentares, como o senador Magno Malta (PR-ES), viram na redução da maioria penal uma espécie de medida socioeducativa. Para isso, ele sempre ressaltou que os adolescentes infratores deveriam ficar separados dos adultos, em locais em que pudessem estudar ou desenvolver um ofício.

– Do jeito que as coisas estão, não tem mais limites. Eles conhecem a lei de cor e sabem que podem fazer tudo, que não vai dar em nada. Então, também vão guardar no coração quando alguém lhes disser que, se fizerem alguma coisa errada, vão perder sua menoridade. Vão pensar

nisso antes de colocar o revólver na cabeça de alguém e dar dez tiros – opinou Malta em debate na CCJ.

A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), por sua vez, sustentou que a idade penal é protegida por cláusula pétrea da Constituição – ou seja, está entre os princípios que não podem ser modificados pelos legisladores. Ela salientou que crianças e jovens são negligenciados pela sociedade, submetidos a toda forma de crueldade e violência, sem acesso aos direitos constitucionais básicos, como saúde, alimentação, educação e lazer.

– Eu não posso condenar as crianças porque o Estado brasileiro não cumpriu suas responsabilidades. A sociedade está com razão quando quer tranquilidade, mas asseguro, com minha experiência, que a redução da maioria não é solução – afirmou Patrícia em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O novo presidente do Senado, José Sarney, foi questionado a respeito do tema por jornalistas na entrevista coletiva concedida na última quinta-feira, mas preferiu não adiantar sua opinião.

Consolidação legal

O senador Demostenes Torres agrupou, em seu substitutivo, os textos de outras cinco propostas de emenda à Constituição que tratavam da redução da maioria penal:

PEC 18/99 – A proposta do senador Romero Jucá (PMDB-RR) prevê que, “nos casos de crimes contra a vida ou o patrimônio cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, são penalmente imputáveis apenas os menores de 16 anos, sujeitos às normas da legislação especial”.

PEC 90/03 – Pela proposta do senador Magno Malta, serão considerados penalmente imputáveis os maiores de 13 anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

PEC 26/02 – A PEC do então senador Iris Rezende (PMDB-GO) estabelece que “os menores de 18 e maiores de 16 responderão pela prática de crime hediondo ou contra a vida, na forma da lei, que exigirá laudo técnico, elaborado por junta nomeada pelo juiz, para atestar se o agente, à época dos fatos, tinha capacidade de entender o caráter ilícito de seu ato”.

PEC 3/01 – De autoria do então senador José Roberto Arruda (DEM-DF), a proposta reduz para 16 anos a idade para imputabilidade penal.

PEC 9/04 – Do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), o texto determina a imputabilidade penal “quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a 18 anos”.

Papaléo: idade psicológica deve ser atestada por junta

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu a proposta de sua autoria que torna penalmente imputável o menor com idade psicológica igual ou superior a 18 anos – atestada por uma junta de especialistas – nos casos de crimes hediondos e de lesão corporal grave (PEC 9/04).

– Não se trata simplesmente de criminalizar de maneira ampla os delitos praticados por pessoas com menos de 18 anos, para encher cadeias de menores ou banalizar o processo penal. Trata-se de não permitir a impunidade nos casos de crimes hediondos e de lesão corporal de natureza grave praticados por menores. O que estamos considerando é o caso em que o menor tem capacidade de entender a gravidade e o caráter ilícito do ato delituoso praticado – explicou.

Inconformismo

Papaléo Paes destacou o “inconformismo da sociedade com os crimes praticados por menores de idade, enfatizando que a ineficácia da legislação atual acaba desamparando a sociedade e protegendo indiretamente delinquentes perigosos, alguns de difícil recuperação”.

O senador assinalou que a análise da legislação penal de outros países que seguem ideologias e sistemas político-econômicos totalmente diferentes, e até antagônicos, coincidem em relação à maioria penal.

Comissão retoma debate sobre mudanças no regimento

A Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno do Senado reúne-se hoje, às 10h, para retomar as discussões em torno da proposta base de mudanças nas normas de funcionamento da instituição. Essa será a primeira reunião depois da posse do novo presidente da Casa, José Sarney, e da nova Mesa diretora.

Em entrevista coletiva à imprensa, no dia 12, Sarney defendeu mudanças no regimento como forma de dar mais agilidade aos trabalhos legislativos. Na ocasião, ele pediu aos senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Gerson Camata (PMDB-ES), respectivamente presidente e relator da comissão temporária, que dessem continuidade aos

trabalhos do colegiado, iniciados no ano passado.

Marco Maciel tem dito que está em estudo o fortalecimento do papel das comissões temáticas.

– Estamos analisando a possibilidade de elevar o número de situações em que um projeto possa ser decidido de forma terminativa pelas comissões, ou seja, sem a necessidade de ser examinado no Plenário – informou o senador.

Equilíbrio

Conforme Marco Maciel, a comissão está examinando um núcleo básico de propostas de mudança do regimento elaborado por técnicos do Senado.

Outro item a ser revisto é o



Colegiado estuda fortalecimento das comissões temáticas, informa Maciel

uso da palavra em Plenário, de forma a assegurar mais equilíbrio aos debates. A ideia é que os 81 senadores tenham direitos iguais.

Maciel também tem destacado a necessidade de mudan-

ças nas regras do pedido de urgência para a tramitação de matérias e nas normas que regulamentam o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito.

Por sua vez, Gerson Camata assinala que atualmente boa parte do tempo do Plenário não é utilizada para votações, mas para discursos. Uma alteração possível, nesse caso, seria estabelecer limites mais rígidos quanto ao tempo de utilização da palavra.

Há ainda a possibilidade de se conseguir uma maior independência da pauta em relação ao colégio de líderes, de modo que mais matérias possam ir a votação mesmo sem haver acordo entre os partidos.

CPI da Pedofilia pode votar hoje requerimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia marcou para a tarde de hoje sua primeira reunião administrativa do ano. De acordo com informações da secretaria da comissão, deverão ser apreciados e votados requerimentos para realização de diligências e de interrogatórios. A reunião será realizada a partir das 14h.

O colegiado aprovou em dezembro requerimentos para a realização de audiências no Pará e no Amazonas. Na ocasião, também foi aprovado requerimento convocando

o prefeito de Coari (AM), Adail Pinheiro, acusado de abusar sexualmente de uma menina de 12 anos. Sobre o caso, devem ser ouvidos ainda, como convidados, o superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Sérgio Fontes, e a mãe da menor, Ana Célia de Souza.

Em entrevista à Rádio Senado na última semana, Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI, afirmou que a comissão tem acompanhado o trabalho do grupo de peritos que investiga 18.500 álbuns fechados da rede social Orkut, a partir de dados



Magno Malta diz que peritos estão examinando álbuns suspeitos do Orkut

entregues pelo Google à CPI, em novembro de 2008. Ele disse estar confiante no resultado da perícia e na prisão de pedófilos

que usam a internet. Os álbuns, suspeitos de divulgar pornografia envolvendo crianças e adolescentes, foram identificados com base em denúncias feitas à Safenet Brasil. O acesso a álbuns fechados do Orkut já permitiu a identificação de mais de 500 pedófilos.

Ao lembrar lei sancionada em novembro, que criminaliza o armazenamento e a posse de material pedófilo, Magno Malta ressaltou que poderão ser expedidos mandados de prisão dos responsáveis pela divulgação de pornografia infantil no Orkut.



Mesquita quer saber se críticas o atingem

Mesquita Júnior cobra explicação

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) cobrou ontem, em Plenário, explicações de Jarbas Vasconcelos sobre entrevista concedida à revista *Veja* desta semana pelo parlamentar pernambucano. Na entrevista, Jarbas Vasconcelos acusa o PMDB e a classe política em geral de utilização de cargos públicos para obtenção de benefícios pessoais, por meio da "manipulação de licitações, contratações dirigidas e corrupção em geral".

Em seu discurso, Mesquita Júnior informa o encaminhamento ao gabinete de Jarbas Vasconcelos de carta na qual pede que este esclareça se suas críticas o atingem de alguma maneira.

"Faz-se necessário que o ilustre senador [Jarbas Vasconcelos] diga publicamente se tem conhecimento de fatos ou possui provas que possam sustentar que tal afirmação me alcança. Do contrário, peço que venha a público informar que, ao conceder a entrevista já mencionada, não pretendeu se referir a este colega que lhe escreve", diz Mesquita Júnior, em trecho da carta enviada a Jarbas Vasconcelos, que leu da tribuna.

Mesquita Júnior criticou seu colega de partido por ter atribuído as mazelas da política brasileira principalmente ao PMDB. Segundo ele, todos os partidos do país têm os mesmos problemas apontados por Jarbas ao PMDB.

– O que vai mal em nosso país é o nosso sistema político, que precisa de uma profundíssima reforma de procedimentos, de comportamento, de atitudes – observou o representante do Acre.

Entrevista de Jarbas à revista *Veja* repercute. Mesquita Júnior pede explicações e Simon afirma que se abre oportunidade de reflexão. Jarbas vê convivência de Lula com a corrupção

"O PMDB não é mais corrupto que o PT ou PSDB", diz Simon

AO COMENTAR ENTREVISTA concedida pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) à revista *Veja* desta semana, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem, em discurso no Plenário, que "o PMDB não é mais corrupto que o PT ou o PSDB". Na entrevista, Jarbas Vasconcelos diz que a maioria de seus colegas de partido se especializou "nessas coisas pelas quais os governos são denunciados" e que "boa parte do PMDB quer mesmo é corrupção".

– Até porque o PMDB nunca chegou ao governo. Tem escândalo maior no país que a privatização da Vale? Que a compra de votos para a reeleição? E quanto ao PT? Não há ninguém mais parecido com o PSDB no governo que o PT. A situação como um todo é de anormalidade, em seu contexto geral – rebateu Simon.

No entanto, o senador disse acreditar que Jarbas Vasconcelos ofereceu ao partido uma oportunidade para reflexão a respeito de seus rumos. Na avaliação de Simon, o PMDB deveria lutar pela candidatura própria à Presidência da República, "em vez de só nomear ministros aqui e acolá". Ele



Pedro Simon: "A situação como um todo é de anormalidade, em seu contexto geral"

disse que a legenda fez o maior número de vereadores e de prefeitos nas últimas eleições.

– Esse partido é a noiva. Está aí a se oferecer a quem dá mais. Isso é que eu acho feio. Está certo que temos as presidências da Câmara e do Senado, mas parar por aí, não. E o comando partidário não tem a virilidade necessária para fazer essa exigência – disse.

Pedro Simon lembrou os primórdios do processo de abertura democrática no país, quando o então Movimento Democrático

Brasileiro (MDB) surgiu em oposição à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do regime militar. Ele também lembrou a participação das lideranças históricas da legenda em episódios como o movimento pelas eleições diretas para presidente da República e afirmou que, "num país sem história partidária, a história do MDB é a melhor de todas".

– É uma história de direitos humanos, de justiça social. O MDB não é só essa gente que está no comando. Quando me perguntam por que ainda estou no partido, respondo: estou no partido que eu criei. Muitos estão no comando do partido, mas não têm a nossa biografia – frisou.

Apesar de registrar que discorda de Jarbas Vasconcelos quanto ao estilo adotado na entrevista, Simon disse concordar com o colega no que se refere ao desencanto com a política, em todas as suas esferas. Para ele, o que precisa acontecer é "o povo na rua".



Jarbas: "PT não inventou a corrupção, mas ela tem sido marca deste governo"

Jarbas afirma que "abriu debate" sobre corrupção

Em entrevista coletiva à imprensa, o senador Jarbas Vasconcelos afirmou que mantém todas as críticas feitas ao PMDB em entrevista publicada na última edição da revista *Veja* ("boa parte do PMDB quer mesmo é corrupção"; "a maioria se move por manipulação de licitações e contratações dirigidas"; "não basta mudar os nomes, é preciso mudar as práticas", entre outras declarações).

– Não retiro uma vírgula do que disse. Não sou eu quem está inventando isso. Não foi novidade. Apenas a revista me procurou e eu dei a entrevista, que está perfeita. O jornalista foi corretíssimo, publicou o que eu disse. Eu não sou a palmatória do mundo. Não há nada o que acrescentar – frisou o senador aos jornalistas que lotavam o seu gabinete.

Jarbas assegurou que não crê na sua expulsão do PMDB em razão das críticas, mesmo com a abertura de um eventual processo disciplinar, e que não pretende deixar o partido.

O senador também negou que, com as críticas ao PMDB, pretenda concorrer à Vice-Presidência da República na chapa do governador de São Paulo, José Serra.

– Meu candidato é Serra, que considero pessoa competente, honesta e capaz de presidir o país. Essa é a minha opinião. Não quero ser vice, não tenho condições de ser vice.

Jarbas Vasconcelos observou que quer "uma reforma política decente". Ao ser questionado sobre o "caráter genérico" das críticas, ele disse que a sua entrevista à *Veja* "abriu um debate" sobre a questão.

Convivência

O senador ressaltou que a prática da corrupção "não é de hoje", mas afirmou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido conivente com diversos tipos de irregularidades.

– Olha, eu reitero os percentuais. Não é todo mundo corrupto. Uma grande parte tem a prática, que não é de hoje, mas Lula tem sido conivente com a corrupção. É lastimável. Ele pertence ao PT, que era contra tudo isso. Eles não inventaram a corrupção, mas ela tem sido uma marca desse governo. O Valdomiro continua palitando os dentes, nunca foi preso, nunca foi algemado, levado à cadeia. O dossiê contra o PSDB continua sem explicação.

Na entrevista, Jarbas negou que já tenha presenciado atos de corrupção ("tenho muitas notícias, converso comigo, acompanho pela mídia, vejo os comentários").

PMDB informa que "não dará maior relevo" a críticas

Em nota oficial divulgada ontem, a Executiva Nacional do PMDB informou que "não dará maior relevo" às afirmações do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que, em entrevista publicada pela revista *Veja* desta semana, disse que a maioria dos peemedebistas teria se especializado em manipulação de licitações, contratações dirigidas, corrupção em geral. A nota informou ainda que as declarações do senador representaram um desabafo e que as acusações de corrupção foram feitas contra todos os partidos sem a apresentação de fatos concretos.

A resposta do partido

"Nota do PMDB

Em face da entrevista do senador Jarbas Vasconcelos, a Comissão Executiva Nacional do PMDB declara que não dará maior atenção a ela em razão da generalidade das alegações. Não aponta nenhum fato concreto que fundamente suas declarações. Ademais, lança a pecha de corrupção a todo sistema partidário quando diz "a corrupção está impregnada em todos os partidos" [grifo no original]. Trata-se de um desabafo ao qual a Executiva Nacional do Partido não dará maior relevo.

Brasília, 16 de fevereiro de 2009
Comissão Executiva Nacional"

Mão Santa: PT usa máquina para fortalecer candidatura

Mão Santa (PMDB-PI) protestou ontem contra o uso da máquina governamental pelo Executivo, com o objetivo de fortalecer a provável candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência da República nas eleições de 2010.

Segundo o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra teriam participado de um programa eleitoral com um prefeito dizendo que "se não votar, aqui não sai o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]".

– Isso é imoralidade. Foi por isso que o Washington Luiz rodou, Luiz Inácio – advertiu Mão Santa, lembrando o caso do 13º presidente brasileiro, deposto em 24 de outubro de 1930, 21 dias antes do término de seu mandato, por um golpe militar que passou o poder às forças político-militares

comandadas por Getúlio Vargas, na denominada Revolução de 30.

Mão Santa alertou para a possibilidade de ocorrência de distorções em favor do governo no resultado das próximas eleições presidenciais, em razão do controle do Executivo sobre os bancos oficiais, como Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal.

Comentando críticas feitas por Jarbas Vasconcelos ao governo federal, em entrevista à revista *Veja*, Mão Santa tachou também o programa Bolsa Família de eleitoreiro.

Mão Santa referiu-se ainda a reportagem publicada pelo jornal *Diário do Povo do Piauí* sobre a existência de sete processos



Mão Santa faz advertência ao presidente: "Isso é imoralidade"

contra o governador do Piauí, Wellington Dias, no Tribunal Superior Eleitoral. De acordo com o jornal, o governador petista é acusado de abuso de poder político e econômico, compra de votos, corrupção e fraude.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) apoiou Mão Santa, acusando o governo Lula de fortalecer grupos de grandes empreiteiros e não priorizar a redução de custos em obras tocadas por meio de convênios firmados entre prefeituras e o governo federal.

Gilvam defende retomada de obra em aeroporto de Macapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou que visitará hoje, às 17h, o presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), brigadeiro Cleonilson Nicácio Silva, para tratar da retomada das obras do Aeroporto Internacional de Macapá. A obra começou no final de 2004 e esteve paralisada por causa de problemas de licenças ambientais e de adequações exigidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo Gilvam Borges, a reforma do aeroporto está paralisada há praticamente um ano e meio, depois de estar quase 70% concluída. Ele registrou que após o TCU determinar a suspensão dos trabalhos, o presidente anterior da Infraero, Sérgio Gaudenzi, conseguiu negociar com os donos da empresa Gautama (vencedora da licitação acusada de ter cometido irregularidades), que desistiram do contrato.

Feito isso, explicou Gilvam, a empresa classificada em segundo lugar na licitação do aeroporto foi convidada para assumir a obra. Porém, ela não aceitou e declinou do convite, alegando que os preços estavam defasados. Dessa forma, é necessária uma licitação para que uma nova empresa seja escolhida. Celeridade na licitação é o que o senador pretende pedir ao novo



Gilvam Borges falará sobre obra paralisada com presidente da Infraero

presidente da Infraero.

Gilvam Borges também relatou ao Plenário várias visitas que fez recentemente a municípios e escolas do estado. Em Macapá, ao lado do prefeito Roberto Góes, ele reuniu-se com diretores, professores e pais de alunos para discutir formas de as escolas conseguirem recursos do Ministério da Educação.

Em Pracuúba (pólo de pesca mais importante do estado), Gilvam fez uma caminhada de 18 quilômetros. Lá foi firmada uma parceria com o governador Valdez Góes, nos seguintes termos: o estado apresenta projetos de infraestrutura e o senador tenta liberar os recursos, via Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para executá-los.

Rosalba saúda reinauguração de centro de artesanato

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) comemorou a reinauguração, em Natal, do Centro de Artesanato da Praia dos Artistas. A senadora também cobrou dos governantes mais apoio para as micro e pequenas empresas.

– O artesanato é a mais pura expressão da cultura popular e fator econômico importante, capaz de gerar ocupação e renda para muitas famílias – disse.

De acordo com a senadora, a reinauguração só foi possível graças a parcerias dos artesãos com o Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com o Banco do Brasil. No Centro de Artesanato da Praia dos Artistas, destacou a senadora, cerca de cem artesãos poderão vender e divulgar seus trabalhos, que incluem rendas, cerâmicas,



Rosalba Ciarlini cobra apoio do governo para microempresários

bordados e trabalhos com madeira, entre outros.

– É preciso um programa específico de apoio, de incentivo, que chegue com facilidade àqueles que querem produzir – disse.

O eleitorado deve poder avaliar desde já as propostas a serem apresentadas pelos concorrentes de todos os partidos sobre temas como a crise, defende senador

Paim quer antecipar debates entre candidatos a presidente

PAULO PAIM (PT-RS) defendeu a realização antecipada de debates entre os candidatos às eleições presidenciais de 2010, para que o eleitorado possa avaliar desde já as propostas a serem apresentadas pelos concorrentes de todos os partidos.

O senador justificou dizendo que “as eleições, de certa forma, já foram antecipadas”.

– Em matéria de disputa eleitoral, não estamos no início de 2009, mas no início de 2010 – assinalou.

Paim ressaltou, ainda, que a mobilização da classe política na discussão antecipada de temas atuais de interesse da sociedade, a exemplo da crise financeira internacional, fará com que as eleições não se resumam a uma competição entre “fulano e beltrano”.

– Gostaria de ver um debate no campo das ideias – afirmou.

Papaléo Paes (PSDB-AP), em aparte, manifestou apoio a



Paim: em matéria de disputa eleitoral, não estamos em 2009, mas no início de 2010

Paim e disse que o debate antecipado de propostas ajudaria o eleitor em sua decisão, uma vez que a ação profissional dos marqueteiros modifica os candidatos.

Obras do PAC

Paim registrou a visita da ministra da Casa Civil, Dilma Rous-

seff, ao Rio Grande do Sul, na semana passada, quando anunciou a liberação de R\$ 1,2 bilhão para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado. Os recursos serão utilizados na extensão do sistema de transporte urbano, duplicação de rodovias e habitação, entre outros setores.

Trote

A agressividade dos trotes universitários também foi criticada por Paim, que comentou artigo intitulado “A lição de Gandhi”, do jornalista gaúcho Jayme Copstein, publicado na edição do jornal *O Sul*, no dia 3 deste mês.

Na avaliação de Paim, “a recepção agressiva aos alunos que chegam ao ensino superior por colegas é uma mostra do avanço da violência em todas as áreas da sociedade”.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) classificou a violência dos trotes como “barbárie”.

Azeredo lamenta a morte de personalidades de seu estado

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) requereu votos de pesar pelas mortes do cirurgião-dentista e clínico-geral Hugo Werneck; do pároco da Matriz Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, padre Simões; e do filantropo e humanista Célio Oliveira Trópia.

Azeredo lembrou que Hugo Werneck, falecido aos 89 anos, fundador da luta ambiental em Minas Gerais, criou uma organização não-governamental voltada para questões ambientais: a ONG Centro para Conservação da Natureza.

Além disso, Werneck presidiu por dois mandatos consecutivos a Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, foi membro nato da Fundação Biodiversitas e dos conselhos Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte e Estadual da Política Ambiental do estado. Também participou da criação do Conselho Regional

de Odontologia.

Já o padre Simões, registrou o senador, “dedicou 52 anos de sua vida sacerdotal às causas da comunidade de Ouro Preto e foi um defensor intransigente do patrimônio artístico e cultural da cidade”. Descendente do Barão de Camargos, padre Simões também foi o criador da Fundação Museu de Arte Sacra e do Centro Social da Família Ourepretana.

Além disso, foi um influente líder político, participando ativamente dos movimentos da política mineira, “entendida por ele como a melhor forma de promoção dos anseios da população, principalmente a mais carente”, disse o senador.

Azeredo ainda destacou o trabalho filantrópico de Célio Trópia, iniciado com um grupo de amigos distribuindo sopa para os pobres em sua residência. Em 1972, a tarefa



Azeredo (foto) homenageia Hugo Werneck, padre Simões e Célio Trópia

foi transferida para uma sede própria, que tinha o nome de Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, onde passou a cuidar pioneiramente de crianças com sérias deficiências físicas.

– Passo a passo, dia a dia, comparecia ao núcleo sem falta, mesmo doente, até o dia anterior ao seu falecimento. Reconhecer os serviços prestados por Célio Trópia é valorizar a solidariedade e o amor ao próximo; é valorizar um benfeitor, um homem iluminado por Deus – afirmou o senador.

Biblioteca digital terá, a partir de março, informações sobre ex-presidentes do Senado

Textos publicados na mídia impressa e fotos produzidas durante a gestão de cada presidente do Senado, desde 1985, estão passando por processo de digitalização e integração, a partir de março, o acervo da Biblioteca Digital do Senado. Esse serviço teve início em outubro de 2008, com a sistematização de informações colhidas pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho de uma gestão de José Fragelli, que presidiu o Senado de 1985 a 1987.

Terão ainda digitalizados

os registros de suas atuações à frente da Presidência do Senado os ex-presidentes Humberto Lucena (1987-1989 e 1993-1995); Nelson Carneiro (1989-1991); Mauro Benevides (1991-1993); Antonio Carlos Magalhães (1997-1999 e 2000-2001); Jader Barbalho (2001); Edison Lobão (2001); Ramez Tebet (2001-2003); José Sarney (1995-1997 e 2003-2005); Renan Calheiros (2005-2007); Tião Viana (2007) e Garibaldi Alves Filho (2007-2009).

O trabalho é coordenado pela

chefe do serviço de Biblioteca Digital, Adelaide Veiga. Em homenagem aos 50 anos de vida pública de José Sarney (PMDB-AP), e pelo fato de ele ter sido eleito pela terceira vez para a Presidência do Senado, o grupo escolheu o acervo do senador pelo Amapá para dar início à tarefa de digitalização.

Até o momento, diz Adelaide, foram tratados, indexados e digitalizados 5 mil documentos. Mas o arquivo com publicações sobre Sarney é composto de mais de 12 mil documentos,

distribuídos em 63 pastas, com uma média de 200 recortes cada uma.

Constituição

A Biblioteca Digital do Senado tem na Constituição federal a recordista em consultas. O texto da Carta atinge, mensalmente, entre 1.300 e 1.500 consultas no formato em áudio.

– A população consulta muito para se preparar para concursos – diz Adelaide.

Além disso, o link “Constituinte nos jornais”, um dos

bancos de dados da Biblioteca Digital, recebeu a inserção de 34 mil notícias dos principais jornais do país.

A bibliotecária salientou que, entre as fontes para definição das “novas aquisições”, está a página da Agência Senado, especialmente as matérias que divulgam relatórios produzidos por senadores, como os das comissões parlamentares de inquérito (CPI). E, em breve, os próprios relatórios também serão disponibilizados na Biblioteca Digital, diz Adelaide.

Benefício para aposentado por invalidez

O aposentado por invalidez com idade igual ou superior a 60 anos poderá ficar isento de submeter-se a exame médico-pericial.

A proposta, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), está pronta para entrar na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramita terminativamente.

O projeto (PLS 302/07), segundo o senador, beneficia todos os aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

— O Congresso tem a obrigação de eliminar todo o tipo de violência cometida contra os idosos, e temos aí um exemplo dos mais revoltantes — afirma.

De acordo com Paim, o primeiro decreto originado da lei que instituiu o Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91) determinava exames bienais para todos os aposentados por invalidez com idade inferior a 55 anos.

No entanto, o parlamentar lembra que, de uma hora para outra, o Poder Executivo publicou um novo decreto, eliminando o limite de idade e, assim, “passando a penalizar idosos inválidos, com grande dificuldade de locomoção, com idade superior ao limite que está sendo proposto”.

Raimundo Colombo apresenta proposta que proíbe o Executivo de contingenciar projetos para obras ou serviços incluídos na lei orçamentária por sugestão de congressistas

Projeto obriga execução de emendas parlamentares

PROJETO DE LEI complementar que tem por objetivo tornar obrigatória a execução orçamentária das emendas parlamentares foi apresentado por Raimundo Colombo (DEM-SC). O senador quer proibir o governo de promover o “contingenciamento” (a limitação de empenho e movimentação financeira de despesas) de projetos para obras ou serviços introduzidos na lei orçamentária por sugestão de senadores e deputados.

A proposta (PLS 12/09), afirma o senador, corrigirá distorções decorrentes do caráter autorizativo do orçamento público no Brasil. O que estiver registrado no Orçamento deverá ser cumprido, com a liberação total dos recursos previstos. Apesar de algumas despesas serem de execução obrigatória, como gastos de pessoal e para a amortização da dívida, outro conjunto fica a critério do governo, como as emendas parlamentares. Assim, ele observa, os autores das emendas, além de governadores e prefeitos das localidades beneficiadas, precisam fazer uma “verdadeira peregrinação” pela Eplanada dos Ministérios para



Colombo: “O que estiver registrado no Orçamento deverá ser cumprido”

tentar liberar os recursos, muitas vezes sem sucesso.

— Essas gestões certamente demandam tempo e recursos públicos que poderiam estar sendo despendidos em outras atividades. E o que é pior: a não-liberação dos recursos muitas vezes frustra pequenas comunidades — salienta.

Outro problema, segundo Colombo, é o fato de que “o Executivo usa a liberação dos recursos como instrumento de barganha” para fazer valer sua vontade perante os parlamentares.

As alterações propostas por Colombo incidem sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF),

a Lei Complementar 101/00. O senador prevê saída para o caso de o governo enfrentar dificuldades de ordem material ou legal para executar integralmente as emendas. O descumprimento deverá ser justificado no chamado Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Para Colombo, a prerrogativa que tem o Congresso de incorporar emendas à proposta orçamentária vem sendo alvo de críticas sem fundamento. Ele afirma que é natural que os interesses da população sejam defendidos pelos parlamentares.

— O parlamentar tem não só mais legitimidade para definir a destinação dos recursos, como também mais conhecimento das realidades locais do que o burocrata que vive a maior parte do tempo em Brasília — argumenta.

Tramitação

A proposta foi encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em seguida, será submetida ao Plenário.

José Alencar e ACM também defenderam limites ao poder

Desde a promulgação da Constituição, congressistas criticam o poder que desfruta o Executivo de “contingenciar” a execução de despesas incluídas no Orçamento.

No Senado, a CCJ chegou a aprovar proposta de iniciativa do então senador José Alencar,

hoje vice-presidente da República, para tornar obrigatória a execução das emendas (PEC 02/00). Depois de longa tramitação em Plenário, o texto voltou à CCJ para exame de alteração, mas acabou sendo arquivada ao fim da última legislatura (2007).

Com objetivo mais abrangente,

foi aprovada em 2006 a PEC 22/00, liderada pelo então senador Antonio Carlos Magalhães, com a finalidade de obrigar o Executivo a cumprir todo o Orçamento aprovado — o chamado Orçamento impositivo. A proposta foi encaminhada para a Câmara, onde aguarda deliberação.

Marconi propõe publicidade de análise de produtos lácteos

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) quer tornar obrigatória para as empresas de laticínios sob controle do Sistema de Inspeção Federal (SIF) a divulgação, pela internet, dos resultados das análises laboratoriais realizadas em seus produtos pelos órgãos fiscalizadores. Ele acredita que, se tiver acesso às conclusões dos exames feitos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o consumidor terá condições de

selecionar produtos saudáveis.

A proposta está em projeto (PLS 86/08) que acrescenta um inciso ao artigo que trata das infrações sanitárias, na legislação sanitária federal (Lei 6.437/77). O estabelecimento que descumprir a determinação de divulgar os resultados das análises poderá receber advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e multa.

O projeto aguarda exame das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e



Medida ajudará consumidor a escolher produtos saudáveis, afirma Marconi

Informática (CCT), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Sociais (CAS), onde será votado em decisão terminativa. Na CCT, a matéria é relatada pelo senador Augusto Botelho (PT-RR).



Papaléo Paes quer submeter escolha de dirigentes a aprovação prévia do Senado

Maior controle sobre previdência complementar

O Congresso Nacional pode passar a exercer um controle mais efetivo sobre as atividades dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e regulação do mercado de previdência complementar. Projeto de Papaléo Paes (PSDB-AP) estabelece que os dirigentes dessas entidades — escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e notória competência — terão de ser aprovados pelo Senado Federal após serem indicados pelo presidente da República.

Caberia à comissão temática do Senado avaliar, após os primeiros 60 dias de cada ano, relatório de gestão apresentado por esses dirigentes. Além de prestar contas das ações implementadas no último ano, o documento teria de reunir todos os atos normativos expedidos no período, acompanhados das respectivas exposições de motivos; cópias de atas das reuniões do órgão; e projetos a serem realizados nos próximos 12 meses.

Transparência

Visando imprimir maior transparência e controle sobre a atuação das entidades privadas de previdência complementar, o Projeto de Lei Complementar 22/09 determina também que as minutas dos atos normativos sejam sempre submetidas a consulta pública e divulgadas com a exposição formal de motivos que as justifiquem. Todas as críticas e sugestões reunidas na consulta deverão receber respostas fundamentadas e permanecer à disposição do público de forma ampla e irrestrita.

Tais exigências se estenderiam aos atos normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) relacionados à previdência complementar. Papaléo argumenta que a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) apresenta “um péssimo aparelhamento” e uma “fraca ligação” com os órgãos que fiscalizam o sistema financeiro e o mercado de capitais como o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Serys Slhessarenko • Papaléo Paes

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Mikhail Lopes
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Medida fará com que escolas tenham melhor qualidade, afirma Cristovam

Debate sobre regime de dedicação exclusiva no ensino básico

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve realizar ainda neste semestre audiência pública destinada a discutir a viabilidade ou não da implantação do regime de dedicação exclusiva para os professores da educação básica pública.

A medida é prevista em projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

que tramita no colegiado. O requerimento para realização da audiência pública foi apresentado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Caso a proposta (PLS 4/08) venha a ser aprovada, o professor que optar pela dedicação exclusiva receberá remuneração mensal nunca inferior a 70% da que é paga aos profissionais das instituições federais

de educação superior com titulação equivalente. Apesar de ser uma condição facultativa aos docentes, Cristovam diz acreditar que a exclusividade, além de melhorar os salários dos professores, fará com que o país tenha uma escola com melhor qualidade.

O relator do projeto, Gerson Camata (PMDB-ES), é pela aprovação. Para ele, a propos-

ta contribuirá para a valorização do magistério.

“O sistema atual, perverso por natureza, reserva à educação básica os profissionais menos qualificados. O regime de dedicação exclusiva proposto tem o mérito de uniformizar os proventos desses profissionais em patamares dignos e respeitáveis”, avalia Camata na defesa da proposição.

João Pedro apoia concessão de refúgio a Cesare Battisti

João Pedro (PT-AM) defendeu a posição do governo brasileiro no caso da concessão de refúgio político ao italiano Cesare Battisti. Conforme o senador, a decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder o refúgio foi “tomada à luz de regras e entendimentos internacionais”. Ele acrescentou que o ministro tomou a decisão após formar “uma opinião criteriosa, cuidadosa, zelosa, restrita ao cumprimento das normas internacionais” e de acordo com “o arcabouço jurídico” brasileiro.

O senador salientou que a medida é do Estado brasileiro.

– A decisão do ministro deve ser resguardada e defendida por nós brasileiros, por conta da postura acintosa, mal-educada da Itália, da forma como o fez, quando inquiriu o embaixador brasileiro no país e quando chama à Itália seu embaixador.

João Pedro também relatou visita que fez quinta-feira, juntamente com o senador José Nery (PSOL-PA) e os deputados José Eduardo Cardozo (PT-SP) e



João Pedro conversou com o italiano, preso no DF, na quinta-feira passada

Manuela D’Ávila (PCdoB-RS), a Cesare Battisti na penitenciária da Papuda, no Distrito Federal. De acordo com João Pedro, ao ser questionado sobre os assassinatos pelos quais foi condenado na Itália, Battisti “negou, peremptoriamente, sua participação nesses episódios”.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou a carta do filho de um açougueiro italiano assassinado, enviada ao governo brasileiro, que acusa Cesare Battisti de ter cometido o crime.

Alvaro requer informações sobre compra da Aracruz

Requerimento de informações sobre a aquisição do controle acionário da Aracruz Celulose pela empresa Votorantim Celulose e Papel, do grupo Votorantim, foi apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

No documento, endereçado ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, Alvaro afirma que a negociação – que teve financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – trouxe “prejuízo aos acionistas minoritários, com o pagamento de valores abaixo dos de mercado aos detentores de ações preferenciais e a supervalorização das ações ordinárias, que garantiriam o controle da Aracruz”.

O senador questiona “qual a base legal para a oferta de compra aos acionistas detentores de

ações preferenciais da Aracruz, pelos novos controladores, em valores abaixo dos de mercado, a partir de uma relação de troca de ativos arbitrada unilateralmente”. Ele também indaga se a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) realiza algum trabalho de investigação a respeito de possíveis irregularidades na operação e quais as sanções cabíveis, além de inquirir sobre os recursos legais que os investidores lesados podem lançar mão.

Lituânia

No mesmo pronunciamento, Alvaro Dias anunciou a apresentação de votos de aplauso pelos 91 anos de independência da Lituânia e pela realização do 4º Fórum Regional da Federação das Indústrias do Paraná, ocorrido em Cascavel (PR).

Jefferson propõe discussão na CAE sobre os juros bancários

Debate em torno do elevado custo de empréstimos no Brasil – média de 43% de juros ao ano – contaria com a participação dos presidentes do Banco Central e da Febraban

JEFFERSON PRAIA (PDT-AM) anunciou ontem, em Plenário, a apresentação de requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promova audiência pública destinada a discutir as razões do elevado *spread* cobrado pelos bancos brasileiros. *Spread* é a diferença entre a taxa de juros que os bancos pagam a seus aplicadores e o que cobram de quem pede dinheiro emprestado em suas agências.

Para o senador, é muito alta essa diferença de juros no Brasil, pois os bancos pagam aos investidores cerca de 12% ao ano e emprestam a 43%, em média. Ele informou que os 30 pontos



Jefferson: *spread* no Brasil só é inferior ao do Zimbábue e do Haiti

percentuais de *spread* colocam o Brasil no topo da lista dos países onde o crédito é mais caro, “inferior apenas ao Zimbábue

e ao Haiti”.

Jefferson Praia sugere que sejam convidados para a audiência o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fábio Barbosa, o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Luiz Gonzaga Belluzzo e o ex-diretor do BC Alexandre Schwartzman.

O senador do Amazonas argumentou que a audiência será uma contribuição aos trabalhos da comissão criada pelo presidente do Senado, José Sarney, para acompanhar a crise financeira internacional e apresentar sugestões para amenizá-la.

Crivella: só gasto público reativará a economia

Marcelo Crivella (PRB-RJ) exortou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a “não se intimidar com os críticos” e executar um grande projeto de investimentos, pois “só o gasto público vai reativar neste momento a economia nacional”. Para o senador, os outros dois caminhos naturais para reativar os negócios e o emprego são o crédito, “que continua insuficiente e caro”, e as exportações, que enfrentam dificuldades porque os países compradores também estão em crise. Assim, “só nos resta o caminho dos gastos públicos”.

Crivella aplaudiu a ideia do governo federal de aproveitar a crise para lançar um grande programa de investimentos em infraestrutura e de apoio aos brasileiros que querem construir a casa própria. De acordo com ele, a substituição de barracos das favelas “por moradias decentes” aumentará o número de empregos e irá melhorar a vida nas periferias

das grandes cidades.

O senador também defendeu o Bolsa Família, no contexto da crise, afirmando que o programa “não é compra de votos”, mas uma ajuda mínima que o Estado brasileiro pode dar às famílias extremamente pobres. Criticou a taxa de juros, lembrando que o governo (União, estados e municípios) teve de pagar no ano passado cerca de R\$ 160 bilhões de juros por sua dívida de R\$ 1,3 trilhão.

Crítica

Já o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão recebeu críticas de Crivella por ter anunciado recentemente cortes no Orçamento. Ele entende que a medida “contraria frontalmente a recomendação que o presidente Lula fez à sociedade para não parar de gastar”. O senador sugeriu também que o governo adote “uma redução drástica, ou no mínimo um adiamento, na dívida dos estados” com a União.

Na avaliação do parlamentar,

a crise “é a maior dos tempos contemporâneos”, e de uma escala jamais vista pela atual geração. Mas, em seu início, avaliou, a crise foi subestimada.

– A excelente *performance* da economia nos três primeiros trimestres do ano passado levou muitos de nós a assumir uma atitude ilusória diante dos efeitos da crise.

Assim mesmo, disse Marcelo Crivella, o governo tomou iniciativas importantes para proteger a economia, a sociedade e os empregos. Na área monetária, ressaltou, foram acionados mecanismos de ampliação da liquidez, para enfrentar o “colapso geral do crédito externo”, em especial para as exportações. E fez um alerta sobre o alcance mundial das turbulências.

– Nenhuma nação da Terra será capaz de escapar dos efeitos da crise, mesmo que algumas delas tenham melhores condições que outras de enfrentar seus desdobramentos.

Senadores homenageiam Dia do Repórter

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) registraram em Plenário a passagem do Dia do Repórter, comemorado ontem.

– Não há democracia sem imprensa livre, e o repórter é a

alma da imprensa – disse Mozarildo, citando trechos do livro *Elementos do jornalismo*, de Bill Kovack e Tom Rosenstiel.

O senador cumprimentou especialmente os jornalistas dos veículos de comunicação

da Casa.

Azeredo, por sua vez, destacou a importância da imprensa na história do Brasil, em especial nas lutas contra a ditadura. Ele também afirmou que, hoje, os repórteres têm ainda mais

responsabilidade pelo fato de o noticiário ser feito praticamente em tempo real.

– Em toda a história brasileira, a imprensa sempre teve uma importância muito grande – afirmou Azeredo.

“As fibras contidas nesse mineral são altamente cancerígenas. O risco de contaminação atinge principalmente os profissionais que têm contato direto com a poeira”

Serys defende proibição do uso de amianto no Brasil

EM JANEIRO PASSADO o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou, durante o Fórum Social Mundial, a assinatura de portaria proibindo o uso do amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à administração pública. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), ao aplaudir a iniciativa, defendeu ontem a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 30/09) que trata da proibição da utilização desse mineral em território nacional.

Segundo Serys, até agora quatro estados brasileiros aprovaram leis que impedem o uso do amianto: Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Porém, em virtude de existir lei federal que permite a utilização, há vários questionamentos na Justiça. O projeto da senadora revoga a Lei 9.055/95, que disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte daquela fibra mineral.

O amianto, disse Serys, é utilizado em mais de 3 mil produtos, como telhas, caixas d'água, tubulações, lonas e pastilhas de freio e no revestimento de discos de embreagem.

– As fibras contidas nesse



Serys diz que quatro estados já proibiram o mineral, mas leis são questionadas na Justiça

mineral são altamente cancerígenas. O risco de contaminação atinge, principalmente, os profissionais que trabalham na produção desses itens, uma vez que eles têm contato direto com a poeira liberada pelo amianto.

Riscos

Quem inala a poeira, informou a parlamentar, certamente terá problemas de saúde, embora eles possam aparecer apenas depois de transcorridos muitos anos. Explicou ainda que o risco do uso do amianto atinge não apenas os trabalha-

dores expostos diretamente ao pó, mas todas as pessoas que podem entrar em contato com a poeira trazida na roupa dos trabalhadores, assim como as comunidades vizinhas às minas e até o consumidor final, este por meio de contato com resíduos existentes no produto.

Serys enumerou algumas doenças que podem ser causadas pelo amianto, como a asbestose (doença crônica que provoca o endurecimento dos pulmões) e os cânceres de pulmão, de pericárdio, do trato gastrointestinal, do rim e da laringe. Ela advertiu que a maioria dos males causados pelo mineral não tem cura. Alguns podem matar a curto prazo, enquanto outros matam lentamente por asfixia.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que mil pessoas morram todos os anos em decorrência de doenças causadas pela exposição ao amianto. Serys também registrou que a fibra já está proibida em muitos países, como Itália, França, Suíça, Alemanha, Inglaterra, Áustria, Holanda e Japão.

Mozarildo: preservação deve ser compensada

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou proposta dos governadores da Amazônia de compensar os proprietários e ocupantes de terras da Amazônia Legal em troca da preservação dos recursos naturais.

– Querem que quem vive na Amazônia não faça nada, não derrube uma árvore? Quem vai pagar pela conservação? Se o governo federal acha que isso é importante, então tem que pagar para aquele ser humano que está lá. Pagando, com certeza ele não tem por que derrubar nenhuma árvore.

A proposta integra a Carta de Roraima, documento que resultou do 4º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, realizado naquele estado nos dias 12 e 13. A Amazônia Legal engloba o Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos estados do Maranhão e do Mato Grosso.

Segundo Mozarildo, “há interesses estrangeiros inconfe-



Proposta é dos governadores da Amazônia Legal, informou Mozarildo

sáveis” na Amazônia. Ele observou que, “se os gringos querem a preservação, então devem pagar por ela”. E voltou a defender a exploração econômica dos recursos da região.

– Acho que há árvores que precisam ser derrubadas. Uma árvore é um ser vivo que nasce, cresce, produz e morre. Senão, toda árvore será entregue aos cupins, ou irá apodrecer e morrer – ressaltou.

Mozarildo reiterou a urgência

na tramitação do projeto de lei do Fundo de Participação dos Estados Verde (FPE) e sugeriu que os governadores sejam ouvidos pelo presidente da Câmara dos Deputados sobre a matéria. O projeto, da senadora Marina Silva (PT-AC), prevê a compensação, por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), aos estados e municípios que preservam o meio ambiente.

Entre outros pontos da Carta de Roraima, Mozarildo destacou a aceleração dos processos para viabilizar o licenciamento de empreendimentos de infraestrutura na Amazônia Legal, de modo que a responsabilidade das licenças ambientais seja de competência dos estados.

Os governadores pedem, ainda, o estabelecimento de cooperação técnica e financeira entre os estados e a União para conclusão dos zoneamentos ecológico-econômicos na Amazônia Legal até dezembro deste ano.

Exploração de florestas pode promover educação ambiental

Tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) projeto de lei, de autoria do senador Gim Argello (PTB-DF), que destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal à implantação de centros de educação ambiental. Esse fundo foi criado pela Lei 11.284, de 2 de março de 2006, que permite a exploração de florestas públicas pelo setor privado.

O projeto (PLS 91/08), apresentado em março do ano passado, já recebeu parecer favorável na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e, após ser analisado na CE, ainda terá de ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na qual receberá decisão terminativa.

De acordo com a proposição original, os centros de educação ambiental em questão têm o objetivo de “capacitar a população local para o exercício de atividades florestais sustentáveis”. Além disso, as entidades a serem beneficiadas seriam apenas as implantadas na Amazônia. Mas o relator da matéria na CMA, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), modificou o texto, determina-



Projeto de Gim Argello recebeu parecer favorável de comissão

do que também receberão os recursos os centros localizados nas regiões da Mata Atlântica e do Cerrado “que contenham em seu território áreas de conservação”.

Após receber o parecer favorável na CMA, em junho passado – com a alteração promovida por Marconi Perillo –, o projeto seria enviado à CAE, mas Flávio Arns (PT-PR) solicitou que a matéria fosse examinada, antes, na CE. Esta última comissão indicou em outubro Marina Silva (PT-AC) como relatora do texto.

A proposta acrescenta dois parágrafos ao artigo 41 da Lei 11.284 – conhecida como Lei de Concessão de Florestas.

Expedito Júnior quer neutralizar os gases relacionados à Copa

Projeto do senador Expedito Júnior (PR-RO), que tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), tem o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes das atividades de planejamento, divulgação e realização dos eventos relacionados à Copa do Mundo de Futebol em 2014, no Brasil.

Esses efeitos, segundo a proposta (PLS 46/08), deverão ser neutralizados mediante ações efetivas de compensação. O cálculo das emissões a serem compensadas deverá “seguir metodologia aprovada pelo órgão governamental competente, conforme regulamento”, determina a matéria.

De acordo com o texto, a compensação obedecerá a projeto elaborado pelo responsável da organização do evento e aprovado pelo órgão governamental competente.

Os recursos arrecadados com a comercialização dos créditos de carbono decorrentes do cumprimento da lei proposta serão partilhados igualmente entre o poder público e o responsável pelo acontecimento, conforme



Expedito Júnior propõe iniciativa para combater aquecimento global

determina ainda o projeto. Os recursos destinados ao poder público serão alocados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Expedito Júnior afirma, ao justificar sua proposta, que segundo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, de 1992, cada país deverá adotar medidas que contribuam para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

O projeto, afirma o senador, procura explicitar para a comunidade internacional o compromisso brasileiro com o combate ao aquecimento global. Renato Casagrande (PSB-ES) é o relator na CE.

Projeto autoriza uso de óleo vegetal como combustível no campo

Encontra-se na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) projeto de Gilberto Goellner (DEM-MT) que autoriza o uso de óleo de origem vegetal como combustível para veículos utilizados na produção agrícola e para o transporte da produção por meio rodoviário, ferroviário e hidroviário. Antes de ser colocada em votação, a proposta será debatida em audiência pública pelos membros da comissão

a requerimento do autor e do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A iniciativa (PLS 81/08) determina que todas as indústrias refinadoras do país serão autorizadas a produzir o óleo vegetal combustível, bem como comercializá-lo diretamente para os consumidores que forem utilizá-lo no cultivo agrícola e no transporte da produção.

Gilberto Goellner resalta que o uso desses

combustíveis poderá contribuir para reduzir os custos de produção e dinamizar as atividades agropecuárias. Afirmar ainda que a adoção da medida diminuirá a dependência de combustível de origem fóssil e, assim, poderá contribuir para a redução de gases poluentes e promover economia para o país.

